

# I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 14 DE FEVEREIRO DE 2023 —



## Crimes ambientais

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Hartur Augusto Alves Santos

Letícia Da Silva Almeida

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

Os crimes ambientais são aqueles que afetam o meio ambiente e podem ter graves consequências para a saúde humana e para os ecossistemas naturais. Esses podem ser cometidos por pessoas físicas ou jurídicas, e são puníveis por lei. Sob esse prisma, é imperioso destacar que o Brasil possui uma legislação específica para crimes ambientais, a Lei nº 9.605/98, que define as condutas criminosas e as respectivas penalidades. De acordo com a lei, as penalidades variam desde multas até detenção, dependendo da gravidade da infração. No que tange aos artigos jurídicos sobre crimes ambientais, destacam-se a pesquisa de (VIEIRA et al. 2010), que trata da aplicação da Lei nº 9.605/98 nos casos de dano ambiental, evidenciando que a punição deve ser proporcional ao dano causado ao meio ambiente. Ademais, destaca-se o artigo de (FREITAS et al. 2015), que discute a necessidade de aprimoramento da legislação ambiental brasileira, especialmente em relação à proteção das áreas de preservação permanente.

### Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo analisar como são aplicadas as punições dadas há quem comete um crime ambiental. Além de compreender a natureza e a extensão desses crimes, identificar os responsáveis e as causas subjacentes, avaliar o impacto desses crimes no meio ambiente e na sociedade, e propor medidas para preveni-los e combatê-los.

### Material e Métodos

Os métodos de pesquisa utilizados nesse artigo foram os quantitativos e os dedutivos, a fim de se basear em leis e artigos que abordam tais temas, além da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, que é a “lei de crimes ambientais” que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras previdências como a definição da conduta criminosa e as respectivas penalidades.

### Resultados e Discussão

Crimes ambientais são um problema global grave e têm impactos significativos em ecossistemas e recursos naturais. Algumas das formas mais comuns de crimes ambientais incluem a poluição da água e do ar, o desmatamento ilegal, a caça e o comércio ilegal de animais selvagens e a pesca excessiva. Os efeitos desses

# I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

— 10 A 14 DE ABRIL DE 2023 —



crimes podem ser catastróficos para a biodiversidade, alterar ciclos naturais ecológicos e agravar as mudanças climáticas. Além disso, as comunidades que dependem desses recursos naturais para sua subsistência podem ser afetadas negativamente, levando a impactos sociais e econômicos significativos.

Os governos têm a responsabilidade de fazer cumprir a lei de forma adequada para proteger o meio ambiente e garantir que os crimes ambientais sejam punidos adequadamente, uma vez que a aplicação dessas leis pode ser prejudicada por uma série de fatores, incluindo a corrupção, a falta de recursos adequados e a falta de conscientização sobre a importância da proteção ambiental.

## Conclusão

É essencial que se tome medidas para proteger o meio ambiente, isso inclui a conscientização sobre a importância da proteção ambiental, bem como a adoção de comportamentos mais sustentáveis em nossas vidas cotidianas. Por fim, é importante que os governos e empresas sejam responsabilizados por seus impactos ambientais e que sejam incentivados a adotar práticas mais sustentáveis e a proteger o meio ambiente para garantir um futuro saudável para as gerações futuras.

## Referências

VIEIRA. T. (2010). A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DOS BATALHÕES AMBIENTAIS DA BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA APLICAÇÃO DA LEI 9605/98 – LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS. Google Acadêmico

FREITAS. Z. (2015). Aspectos ambientais no Plano Nacional de Logística e Transporte do Brasil. Google Acadêmico

BRASIL. Lei 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: L9605 (planalto.gov.br)